

As Vozes na Constituição da Transversalização de Gênero nas Políticas Públicas Brasileiras

Autor: Carlos Eduardo Barzotto
dudubarzotto@Hotmail.com
Financiamento CNPq
Orientadora: Dagmar Elisabeth
Estermann Meyer

Esse trabalho é parte da pesquisa “Políticas públicas de inclusão social e transversalidade de gênero: ênfases, tensões e desafios atuais”, coordenada pela Prof^a Dr^a Dagmar E. Estermann Meyer. Problematiza a inserção do conceito de transversalidade de gênero nas políticas públicas brasileiras. Vigência: de 2014 à 2018.

Objetivos

- Localizar as vozes que contribuíram para a contextualização e a inserção do conceito de transversalidade de gênero nas políticas públicas brasileiras.
- Compreender por que se torna possível a transversalização de gênero nas políticas públicas brasileiras.

Metodologia

Pesquisa documental em documentos oficiais da Secretaria de Políticas para as Mulheres: Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM, 2004, 2008, 2013) e suas Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres (CNPM, 2003, 2007, 2011). Considerados, no Brasil, um marco na inserção e organização da transversalidade nas políticas públicas.

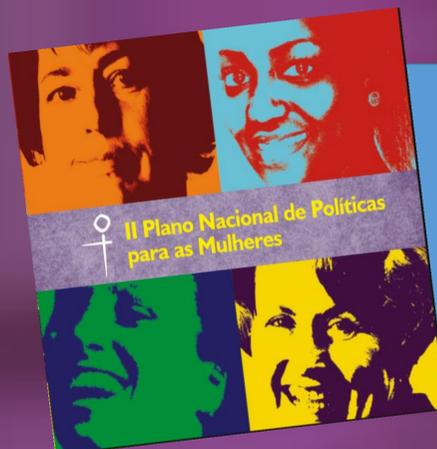
Referencial Teórico

- Estudos de gênero e culturais pós-estruturalistas.
- Diálogo com autoras que pesquisam sobre o tema: Jussara Prá (2010); Lourdes Bandeira (2005) e Sandra Sardenberg (2010).

Considerações iniciais

Embora a questão da emergência da transversalização nas políticas públicas brasileiras ainda tenha sido deixada em aberto por se tratar de uma pesquisa em andamento, tentei mostrar que a transversalização está em constante disputa polifônica em sua institucionalização e, ao mesmo tempo em que tenta quebrar homogeneidade do “feminino”, também se propõe a criar políticas específicas e unificadas para tais feminilidades.

Análise



A partir da II CPNPM (2007), põe-se em questão “quem é a mulher sobre a qual estamos falando?”, provocando uma quebra na homogeneidade da ideia de “mulher”, mas também colocando essa ideia em disputa.

Vozes de grupos de mulheres que reivindicam seus espaços de forma diferenciada na área rural, no esporte e no poder de decisão, por exemplo, ficam fortemente presentes e demarcados por sua diversidade no texto do documento.

Enquanto em todas as Conferências as mulheres indígenas tiveram bancas para discursos, não há - em nenhum dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres – um lugar específico dedicado à mulher indígena, como à a mulher negra.



É necessário enfatizar que essa polifonia não se dá pacificamente. Os embates, as relações de poder e as (in)visibilizações podem ser notadas se compararmos as Conferências e Planos. Dessa forma, percebe-se quem pode (e quem não pode) ocupar espaço no texto dos PNPMs.

Referências

- BANDEIRA, Lourdes. **Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: avançar na transversalidade da perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas**. Brasília: CEPAL, SPM, 2005, 47p.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004, 104 p.
- _____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008, 236 p.
- _____. Presidência da República. Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. **III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, 2013, 114 p.
- MEYER, Dagmar E. Estermann. **Teorias e políticas de gênero: fragmentos históricos e desafios atuais**. *Revista Brasileira de Enfermagem*, jan/fev; 57(1), 2004, p. 13-18.
- PRÁ, Jussara Reis. **Políticas para Mulheres**. Transversalizar é preciso. In: ALVES, Ivã; SCHEFLER, Maria de Lourdes; VAZQUEZ, Petilda Serva; AQUINO, Sílvia de (Orgs.). *Travessias de gênero na perspectiva feminista*. Salvador: EDUFBA/NEIM, 2010. p. 13-35.
- SARDENBERG, Sandra. Da transversalidade à transversação de gênero: aportes conceituais e político-políticos. In: ALVES, Ivã; SCHEFLER, Maria de Lourdes; VAZQUEZ, Petilda Serva; AQUINO, Sílvia de (Orgs.). *Travessias de gênero na perspectiva feminista*. Salvador: EDUFBA/NEIM, 2010. p.37-73.